

Esfriar o planeta

Alexandra Ozorio de Almeida | DIRETORA DE REDAÇÃO

A ciência, como todas as atividades humanas, frequentemente enfrenta dilemas éticos. Muito comuns em áreas que desenvolvem pesquisas com animais, também estão presentes nas chamadas ciências duras. O estudo do clima e de como a atividade humana impacta as variações de temperatura do nosso planeta envolve pensar em estratégias de mitigação. Mas até onde podemos (pesquisar formas de) intervir para reduzir as consequências de nossas ações se corremos o risco de criar novos efeitos nocivos à Terra?

À medida que os resultados do aquecimento global se tornam uma realidade cotidiana, ganha espaço a discussão sobre uma linha de pesquisa polêmica, a geoengenharia solar. Enquanto aproximadamente 70% da radiação emitida pelo Sol é absorvida pela atmosfera e superfície terrestres, uma parte é refletida de volta ao espaço. Essa abordagem procura aumentar a proporção refletida, tornando o planeta um pouco mais frio.

A ideia começou a circular nos anos 1960, mas os estudos ainda estão basicamente restritos a modelagens climáticas e ambientais. A reportagem de capa desta edição discute o conceito e aborda as resistências a testes experimentais (*página 12*). E coloca a pergunta: é razoável financiar pesquisas sobre técnicas que, na melhor das hipóteses, apenas mitigam os efeitos do aquecimento global, sem enfrentar as causas?

A discussão sobre políticas voltadas para enfrentar grandes desafios da sociedade foi um dos temas tratados na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Realizada em Brasília, entre 30 de julho e 1º de agosto, foi a quinta edição desse encontro – a primeira ocorreu em 1985, na redemocratização. Com caráter consultivo, a conferência tem como objetivo reunir sugestões

e propostas para formular um plano nacional de CT&I dos próximos 10 anos (*página 34*).

Ainda na arena das políticas públicas, uma notícia positiva. Levantamento realizado por *Pesquisa FAPESP* mostra que as taxas de vacinação infantil voltaram a crescer, após apresentarem queda entre 2016 e 2021. Reportagem à página 48 relata a subida considerável do alcance de nove vacinas, embora as taxas de vacinação dos 13 imunizantes que compõem o calendário nacional para crianças de até 2 anos ainda não tenham voltado aos patamares de 2015.

A área da saúde, sempre presente na revista, aparece também em enfoques mais preocupantes nesta edição, ao lado de um feito animador. Há reportagens sobre o aumento no número de suicídios por medicamentos no país (*página 52*) e o registro das primeiras mortes causadas pelo vírus Oropouche (*página 54*); a boa-nova é a proteção oferecida pela vacina da dengue do Instituto Butantan, em fase final de ensaios clínicos (*página 56*).

Não é novidade que a atividade de mineração causa conflitos sociais no Brasil, principalmente em relação à posse da terra e ao acesso à água. Iniciativa de pesquisadores de várias instituições, movimentos sociais e ONG, o Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil mapeia esses dados, compilados em estudo recém-publicado (*página 78*). Destaca-se o risco de acentuação desses conflitos por conta da corrida pela exploração dos minerais críticos à transição energética, indispensáveis para uma economia de baixo carbono. A atração de mineradoras para novas localidades, muitas vezes de difícil acesso, e a participação de empresas menores, mais difíceis de serem submetidas à legislação e ao escrutínio público, são alguns dos desafios a enfrentar.